

RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.629 - PE (2019/0231575-1)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
RECORRIDO : JULIANA DA COSTA RAMOS
ADVOGADOS : JESSICA SANTOS GOMES DA SILVA - PE036671
RAFAEL SANTOS GOMES DA SILVA - PE045670
INTERES. : FABIANO BADU DE SOUZA
INTERES. : TATIANNE ELLEN CAVALCANTE SILVA
INTERES. : ROMULO GABRIEL DE BARROS GOMES
INTERES. : JOSE DOS SANTOS COSTA JUNIOR
ADVOGADOS : ANASTÁCIA DEUSAMAR DE ANDRADE GONDIM CABRAL
DE VASCONCELOS - PB006592
CAIO RICARDO GONDIM CABRAL DE VASCONCELOS -
PB019534
RAQUEL DE GÓES PONTES - PB020067

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARATÓRIOS, SEM APONTAR AFRONTA AO ART. 1.022 DO NOVO CPC. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região, assim ementado (e-STJ fls. 479-480):

ADMINISTRATIVO. RECURSO DE APELAÇÃO. PROCESSO SELETIVO PARA DOUTORADO DE UNIVERSIDADE FEDERAL. INSCRIÇÃO CONDICIONADA DE MESTRANDOS. CONTAGEM DE PONTOS. SÚMULA Nº 266 DO STJ. INAPLICABILIDADE. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. HONORÁRIOS RECURSAIS.

1. Recurso de apelação de sentença de procedência da pretensão autoral, fundamentada no art. 487, I, do CPC, para assegurar a matrícula do autor, no curso de pós-graduação *stricto sensu* de doutorado em História, desconsiderando a pontuação dos mestrados, garantindo-lhe o comparecimento e a frequência às aulas, como discente pleno, em situação de igualdade com os demais discentes, condenando os réus em verba honorária no menor percentual previsto sobre o valor da causa.

2. Caso em que a parte autora, classificada fora das vagas previstas no edital, insurge-se contra a atribuição de pontos referentes à titulação de mestre a candidatos ainda mestrados, com postergação, para a fase da matrícula, da obrigatoriedade da apresentação do certificado de conclusão do mestrado.

3. A controvérsia posta a deslinde já foi enfrentada por E. Primeira Turma, em feitos idênticos (0809928-33.2016.4.05.8300 e 0810518-73.2017.4.05.8300), ocasião em que se consignou a ilegalidade da pontuação conferida a mestrados e, por conseguinte, a necessidade de

reclassificação dos candidatos aprovados na quarta fase do certame (análise curricular).

4. Decerto, o entendimento cristalizado na Súmula nº 266 do STJ apenas assegura que o diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse, e não, na inscrição para o concurso público.

5. Hipótese bem distinta compreende a apresentação de título, para fins de pontuação de certame, cuja obtenção, por óbvio, deve ser contemporânea à fase respectiva, vale dizer, somente pode ser admitida, como título, a qualificação existente no momento próprio em que exigida pelo certame, sendo inviável admitir, para fins de pontuação, pós-graduação que ainda se encontra pendente de finalização. Como bem pontuou o Juízo, "a figura da inscrição condicionada busca criar um privilégio *a quo* para alunos que sequer concluíram o mestrado e que já passam a ganhar pontos com uma mera expectativa de direito".

6. Assim, o marco temporal estabelecido como limite à demonstração dos títulos obtidos pelo candidato foi o prazo de inscrição, conforme os itens 2 e 2.2 (alínea "e") do instrumento convocatório, porquanto os referidos documentos seriam analisados na quarta etapa do certame (item 3.2.4). Se o mestrado, nesse momento (período de inscrição), não estava concluído, não pode ser admitido como título, para fins de definição de pontuação do candidato no certame.

7. Nem se diga que essa compreensão desconsidera a autonomia universitária, que não se presta a garantir que eventual ilegalidade permaneça incólume ao controle jurisdicional.

8. Igualmente, não viola o princípio da isonomia entre os candidatos, porque, ao contrário, obsta que sejam tratados, em condição de igualdade, os candidatos com mestrado concluído e os que ainda não finalizaram essa pós-graduação *stricto sensu*.

9. Recurso de apelação não provido, com majoração em 1% (um por cento) da verba honorária sucumbencial fixada na origem.

Foram rejeitados os embargos de declaração opostos pela ora recorrente (e-STJ fls. 526-527)

O recorrente alega violação dos artigos 41 da Lei n. 8.666/1993 e 3º, I, e 53 da Lei n. 9.394/1996.

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 566 e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Preliminarmente, o recurso especial não merece ser conhecido. Isso porque não foi cumprido o requisito do prequestionamento. Infere-se que o Tribunal *a quo* não emitiu nenhuma consideração quanto aos temas insertos nos artigos 41 da Lei n. 8.666/1993 e 3º, I, e 53 da Lei n. 9.394/1996, de modo que é defeso ao STJ sindicarem acerca dessas questões.

É imperioso que a recorrente, em caso de omissão, oponha embargos de declaração para que o Tribunal *a quo* se pronuncie sobre os dispositivos infraconstitucionais tidos por afrontados. Sucede que a recorrente, a despeito de ter manejado o recurso integrativo, furtou-se, todavia, a alegar violação do art. 1.022 do novel CPC do bojo das razões do recurso especial. Tem-se, inarredavelmente, a aplicação do disposto na Súmula n. 211 do STJ, que tem o seguinte teor: "[i]nadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

Isso posto, **não conheço** do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES, Relator

